



Ana Volpely/Senado Federal

Cristovam e Viana analisam prisão de narcotraficante no Rio

Para Jorge Viana, país deve apoiar luta contra o crime. Na opinião de Cristovam Buarque, não se deve confundir honestidade com heroísmo. **4**



Gerardo Magela/Senado Federal

Cristovam Buarque (E) e Jorge Viana falam da prisão de traficante da Rocinha

Governo quer ajustes no Código Florestal

Representante do Ministério do Meio Ambiente afirma que pelo menos seis aspectos precisam melhorar no projeto a ser votado

Parâmetros para recuperação de mata às margens dos rios e incentivos econômicos para manutenção de florestas estão entre os pontos do projeto do Código Florestal nos quais o governo espera melhorias. A informação foi dada a senadores pelo secretário de Biodi-

versidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Dias.

O relatório do senador Jorge Viana deve ser apresentado nesta quarta-feira à Comissão de Meio Ambiente, que pretende votar o projeto no dia 22 para, em seguida, encaminhá-lo ao Plenário do Senado. **3**

Comissão de Mudanças Climáticas debate redução do efeito estufa **3**



Vitor Correia/Governo do Rio de Janeiro

Royalties: senadores repercutem protestos

Senadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo comentaram as manifestações em seus estados contra os novos critérios de partilha dos royalties da exploração do petróleo. **2**

Passeata em defesa do Rio, na Avenida Rio Branco, reuniu, quinta-feira, cerca de 150 mil pessoas. Percurso foi da Candelária à Cinelândia

Parlamentares falaram dos atos que reuniram milhares de manifestantes no Rio e em Vitória contra os critérios para a partilha da renda do petróleo, que estão em votação no Congresso

Senadores de RJ e ES pedem a Dilma mudança nos royalties

SENADORES DO RIO de Janeiro e do Espírito Santo destacaram a participação popular em manifestações realizadas na semana passada por fluminenses e capixabas contra a redistribuição dos royalties do petróleo.

Segundo a Polícia Militar do Rio, 150 mil pessoas ocuparam a Avenida Rio Branco e a Cinelândia, no centro da capital, contra as perdas impostas aos estados produtores de petróleo e gás com a proposta de distribuição em tramitação no Congresso.

Em Vitória, 25 mil pessoas foram à Praça dos Namorados.

Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que os protestos mostraram a indignação da

população contra "a maior agressão já sofrida pelo estado". Magno Malta (PR-ES) admitiu não crer na vitória dos estados produtores no Congresso, mas disse confiar na sensibilidade da presidente Dilma Rousseff.

– Dilma é segura, não joga para a torcida. Na hora certa, vai honrar o trato feito com Lula. Eu só tenho esperança nela.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou esperar que Dilma formule nova proposta, para que seja construída "alguma coisa digna, que não seja o aviltamento das riquezas dos estados".

A notícia do vazamento de óleo em uma plataforma da multinacional Chevron na Bacia

de Campos acendeu o alerta dos representantes dos estados produtores. Eles chamaram a atenção para a necessidade de compensação financeira pela exploração do petróleo.

– Isso mostra, para aqueles que ainda não sabem, os perigos ambientais que tal atividade representa. Se esse vazamento tivesse sido maior, o óleo teria chegado às praias de Búzios. Nesse caso, a prefeitura e o governo arcariam com os prejuízos – afirmou Dornelles.

O projeto que divide os royalties foi aprovado no Senado e tramita na Câmara. Pelo texto, os recursos dos produtores caem de 26,25% para 20%.



Manifestação no centro do Rio contra o projeto de partilha da renda do petróleo: ato foi organizado pelo governo estadual

Expectativa de Mozarildo é de cassação de governador



Gerardo Magalhães/Senado Federal

A expectativa de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) é de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decida pela cassação do mandato do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, que já havia sido cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), mas se mantém no cargo desde 2007 com "manobras protelatórias".

Para o senador, os atos de corrupção do governador são evidentes, como o fato de Anchieta Júnior ter aumentado em 45% o seu salário e os dos secretários e em 6% os dos servidores.

De acordo com dados citados pelo parlamentar, a Polícia Federal apreendeu, no primeiro turno das eleições de 2010, R\$ 4 milhões em todo o Brasil, sendo R\$ 2,5 milhões em Roraima, estado com menor número de eleitores.

Geovani Borges defende projeto do Ato Médico



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Em nome da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), Geovani Borges (PMDB-AP) fez apelo pela aprovação do projeto que disciplina o exercício da medicina, conhecido como Ato Médico.

A proposição (SCD 268/02), que define as atividades privativas do médico e aquelas que podem ser realizadas por outros profissionais da área de saúde, já tramita há quase dez anos no Congresso. Atualmente, a matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador fez o pedido ao registrar a realização, em Goiânia, do 48º Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica. O evento começou sexta-feira, dia 11, e vai até amanhã.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores.

CDH Quilombolas gaúchos

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza diligência em Porto Alegre para debater os avanços e as dificuldades encontradas nas comunidades quilombolas e apontar soluções.

Terça-feira Feriado

Quarta-feira

CAS Liberação do FGTS

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina proposta que permite a liberação do FGTS para execução de projeto de acessibilidade em imóvel próprio. Outro projeto proíbe o uso de informações dos cadastros das agências de proteção ao crédito para efeitos de admissão ou permanência em trabalho.

CMA Relatório sobre Código Florestal

14h Leitura do relatório do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

CMMC Redução do efeito estufa

14h Audiência pública na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas para tratar das atividades que reduzem as emissões de gases do efeito estufa com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e da ONG Amigos da Terra.

CMO Verbas para ministérios

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para examinar projetos que autorizam créditos adicionais para vários ministérios.

Quinta-feira

CRA Seguro-desemprego

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota, entre outros itens, projeto que concede seguro-desemprego, no período da entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

CMO Créditos adicionais

10h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para exame de projetos que autorizam créditos adicionais para vários ministérios.

Sexta-feira

CMMC Mudanças no clima e grandes cidades

8h30 Audiência pública promovida pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas para tratar das causas e consequências da mudança do clima relacionadas às grandes cidades, no auditório da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: vago*

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges**, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Mozarildo Cavalcanti • Cristovam Buarque

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Vago em razão da posse de Cássio Cunha Lima no lugar de Wilson Santiago ** Licenciado

Comissão debate emissão de gases do efeito estufa

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza audiência pública nesta quarta-feira, para tratar das atividades que reduzem as emissões de gases do efeito estufa provocadas por desmatamento e degradação florestal (REDD).

De acordo com o site do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), pelo conceito de REDD, os países em desenvolvimento com florestas tropicais que conseguissem promover a redução das suas emissões nacionais oriundas de desmatamento receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas.

A reunião vai contar com representantes do Ministério do Meio Ambiente e da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, além de representantes do Ipam.

Na sexta, a CMMC vai realizar audiência pública em São Paulo para tratar das causas e consequências da mudança do clima relacionadas às grandes cidades. O encontro vai ocorrer no auditório da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo (Sema), às 8h30.

Jorge Viana critica mudança de fuso no Acre

Jorge Viana (PT-AC) criticou projeto de lei que altera o fuso horário do Acre para deixá-lo com um “atraso” de duas horas em relação a Brasília – três horas, se for considerado o horário de verão. Atualmente, a diferença é de uma hora, sem o horário de verão. O projeto foi aprovado semana passada pela Câmara e agora vai à sanção.

– Os que usam seus mandatos parlamentares para atrasar o Acre venceram – declarou o senador.

Jorge Viana lembrou que o fuso atual foi instituído em 2008, como resultado de projeto de lei do então senador Tião Viana, seu irmão e atual governador do Acre.

Em referendo realizado no ano passado no Acre, cerca de 56% dos eleitores votaram pelo “atraso” de duas horas, retomando o fuso vigente na região até 2008. Para Jorge Viana, porém, “parte do referendo foi resultado da manipulação que alguns políticos fizeram com a população”.

Anibal Diniz (PT-AC) disse que Tião Viana, para propor a mudança que passou a vigorar em 2008, fez um estudo aprofundado. O senador alertou que muitos dos que fizeram campanha em favor da volta do antigo horário, quando forem confrontados com reclamações, podem tentar responsabilizar o governo.

Anibal ressaltou que não há intenção de retardar a regulamentação da nova lei.

Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente explica no Senado os pontos que o governo espera serem aprimorados antes da votação final do projeto. Ele demonstrou preocupação com os incêndios florestais



Rodrigo Rollemberg (C) observa o representante do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Dias (D), falar ao lado do ex-ministro José Carlos Carvalho

Ana Volpe/Senado Federal

Governo trabalha por ajustes em seis aspectos do novo Código Florestal

O GOVERNO RECONHECE avanços no projeto do novo Código Florestal a partir das mudanças já aprovadas no Senado, mas ainda espera que sejam feitos ajustes antes da votação final do texto, conforme afirmou Braulio Ferreira Dias, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Ele participou de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA), na sexta-feira.

Na opinião do secretário, pelo menos seis aspectos têm que ser melhorados: incentivos econômicos para manutenção de florestas; parâmetros para recuperação de mata ciliar; regimento para suspensão de multas por desmatamento ilegal; critérios para compensação florestal;

estímulos para recuperação de área degradada; e normas para evitar incêndios florestais.

Quanto aos incentivos econômicos, Braulio Dias pondera que o projeto de Código Florestal (PLC 30/11) não pode avançar na identificação de fontes para a concessão dos benefícios, por ser prerrogativa do Executivo. No entanto, ele considera possível incluir no texto critérios para nortear a implementação de incentivos para os que cumprem a lei florestal.

– Seria injusto estabelecer mecanismos apenas para estimular a recuperação. Temos que estimular também todos aqueles que mantêm as florestas – argumentou.

Essa também é a opinião de

José Carlos Carvalho, ex-ministro do Meio Ambiente. Para ele, pagamento por serviços ambientais deve ser direcionado a agricultores que protegerem áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal. Produtores interessados em recompor áreas desmatadas, segundo ele, poderão se beneficiar de outros instrumentos, como condições favoráveis de crédito.

Frente à gravidade dos incêndios florestais nos últimos anos, Braulio Dias disse que o governo quer complementar a parte do novo código que trata dessa questão. Conforme ressaltou o secretário, será necessário detalhar melhor os mecanismos claros para ação de controle de incêndios.

Pontos de melhoria

O governo espera mudanças nos seguintes itens do Código Florestal:

- ★ Incentivos econômicos para manutenção de florestas
- ★ Parâmetros para a recuperação de mata ciliar
- ★ Regimento para suspensão de multas por desmatamento ilegal
- ★ Critérios para compensação florestal
- ★ Estímulos para recuperação de área degradada
- ★ Normas para evitar incêndios florestais

Rollemberg busca consenso sobre APPs

Entre as expectativas do governo, está um dos aspectos polêmicos do novo código: os parâmetros mínimos para recomposição de APPs ao longo dos rios. O substitutivo em exame já prevê obrigação de recompor pelo menos 15 metros de mata ciliar em rios com até dez metros de largura. No entanto, de acordo com Braulio Dias, o governo quer incluir regras também para rios mais largos.

Nesse sentido, o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), apresentou emenda propondo faixas de mata a serem recuperadas, em dimensões que variam conforme a largura dos rios. O parlamentar busca acordo entre os senadores para incluir a emenda no relatório sobre o projeto que Jorge Viana (PT-AC) apresentará na CMA, onde o texto tramita neste momento.

O projeto já recebeu substitutivo de Luiz Henrique (PMDB-SC), aprovado nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Jorge Viana deverá apresentar seu relatório na CMA no próximo dia 16 e o texto deverá ser votado no dia 22, seguindo então para o Plenário.

Criação de programa preocupa especialistas

O governo trabalha para que os senadores aprovem regras claras para a operacionalização dos programas de regularização ambiental (PRAs), que vão regular as áreas consolidadas em APPs. Segundo Braulio Dias, a manutenção dessas áreas não pode comprometer as funções ecológicas das APPs.

– Se perdermos o solo, a água, a biodiversidade, os recursos genéticos e os polinizadores, a própria atividade agrícola se torna insustentável – alertou.

A preocupação de André Lima, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, e de Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra, é que a suspensão das multas com a criação dos PRAs se transforme em anistia. Para eles, o benefício deve estar atrelado à recomposição da vegetação.

André lembra que a legislação estabelece como crime a ocupação de APP, sendo incorreto regularizar essas ocupações.

– A consolidação de uso de áreas abertas precisa ser restrita, principalmente em bacias hidrográficas comprometidas – opinou.

Ministério pede regra clara para compensação

Quanto à possibilidade de compensação de área desmatada em propriedade fora do estado onde ocorreu o desmatamento, Braulio Dias considera necessário o aprimoramento dos critérios para permitir a compra de nova área ou de cota de reserva florestal.

– Originalmente, a previsão era de que isso fosse feito dentro da microbacia, mas constatou-se que seria muito restritivo. Mas também não se pode ampliar em demasia. A definição de critérios é essencial para que isso seja implementado de forma correta.

O secretário também defendeu a inclusão de estímulos à ampliação do uso de recursos florestais, à agregação de valor e à estruturação de mercados de produtos ou subprodutos florestais.

– A Floresta Amazônica, por exemplo, não será sustentável se continuar sendo exportadora de matéria-prima. Temos que estimular a agregação de valor e gerar emprego e renda, valorizando a floresta e seu aproveitamento – afirmou.

No debate, Jorge Viana voltou a destacar a importância de considerar as florestas como ativos econômicos e não como obstáculos ao desenvolvimento.

Senador se referiu ao caso do policial que recusou suborno para libertar traficante do Rio; parlamentar pediu que ações de segurança não acabem após Copa e Olimpíadas

É triste que país veja honesto como herói, diz Cristovam

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) disse ser motivo de tristeza o fato de, no Brasil, a honestidade ser considerada ato de heroísmo. Ele se referia ao policial militar do Rio que, ao deter o narcotraficante Nem, rejeitou um suposto suborno de R\$ 1 milhão para liberá-lo.

– Hoje é um dia de homenagem a quem fez esse gesto [o policial]. Mas também é um dia de muita tristeza, por sermos um país onde o honesto é um herói – disse Cristovam.

De acordo com o senador, esse desvirtuamento vem de muito tempo atrás. Ele citou a escravidão no Brasil, que durou quase quatro séculos.

– Aquilo era corrupção, mas naquela época as pessoas não percebiam que ter escravos era corrupção. E, depois, foram tidos como heróis da ética os fazendeiros que alforriaram seus escravos.

Outras formas de corrupção, segundo Cristovam, são a falta de escolas de qualidade para os filhos dos pobres e um sistema de saúde degradado para a maioria da população.



Senador diz que fazendeiro que alforriou escravos também foi visto como herói

– Isso é ou não é uma corrupção? Mas é uma corrupção natural, aceita, comum, até invisível.

Para o senador, a questão está relacionada com o arraigado “patrimonialismo” no país – a tendência a privatizar tudo o que deveria ser coletivo e social. Ele afirmou que o patrimônio coletivo da nação virou objeto da cobiça e da apropriação de determinados grupos.

De acordo com Cristovam, o país se encontra hoje dividido entre os “céticos” e os “cín-

cos”. Esse último é o grupo dos que consideram normais teses como a do “rouba, mas faz”, a do “rouba, mas é dos nossos” e a do “todos roubam, por que é que não vou roubar também?”.

Cristovam também questionou se o combate ao tráfico de drogas no Rio continuará depois da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Ele teme que as ações sejam apenas “para inglês ver”, isso é, que estejam em curso apenas para atender às exigências dos dois eventos.

Jorge Viana elogia prisão do traficante Nem, no Rio

Em elogio à ação governamental que resultou na prisão do traficante Nem, na cidade do Rio de Janeiro, Jorge Viana (PT-AC) declarou que é preciso apoiar “quem faz a boa luta” contra o crime organizado. O senador defendeu o esforço para ocupar áreas como a favela da Rocinha, “onde o poder público não podia entrar, não podia se fazer presente”.

A situação foi comparada por ele à do Acre, anos atrás, quando era governador e “o estado ocupava as páginas policiais das impressas local e nacional”.

– Até então, quem detinha o



Para Jorge Viana, combate ao crime organizado exige ação conjunta

poder se acovardava e a população acriana pagava a conta.

Para Jorge Viana, nenhum

governo é capaz de enfrentar o crime organizado sozinho. No caso do Acre, a ação envolveu forças policiais federais e estaduais, dos ministérios públicos, além do Congresso e “da determinação do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que ofereceu todo o respaldo para o governo do Acre”.

– O Acre combateu o crime organizado e se livrou dessa chaga, melhorando desde então seus indicadores sociais, econômicos e ambientais – disse. Jorge Viana governou o estado em dois mandatos consecutivos, entre 1999 e 2006.

Rolleberg prestigia o Clube do Choro de Brasília

A inauguração do novo espaço do Clube do Choro de Brasília foi registrada por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) como acontecimento da maior importância para a cultura brasileira. Fundado em 1977 por músicos e funcionários públicos “chorões” que vieram do Rio de Janeiro, esse espaço cultural viveu uma fase de decadência até o

jornalista Henrique Lima Santos Filho, mais conhecido como Reco do Bandolim, assumir sua diretoria, em 1993, e comandar o processo de reconstrução.

O senador se aproximou do Clube do Choro de Brasília ao assumir a Secretaria de Turismo do Distrito Federal. Segundo recordou, Reco do Bandolim conseguiu evitar uma ameaça

de despejo e reformar o espaço, que funcionava num antigo vestiário do Centro de Convenções de Brasília.

– Desde então, o Clube do Choro vem trilhando um caminho de sucesso, tendo realizado mais de 1.600 *shows*, vistos por mais de 500 mil pessoas – acrescentou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) também prestigiu a inauguração do novo espaço e disse ter ficado fascinado com a execução do *Bolero de Ravel* pelo guitarrista baiano Armandinho Macedo.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou a importância de Brasília se firmar no país como centro irradiador de cultura. Geovani Borges (PMDB-AP) considerou o Clube do Choro como exemplo de luta pela preservação da cultura brasileira.



O guitarrista Armandinho (C) inaugurou o espaço e foi citado por Cristovam Buarque

Anibal quer maior cobertura do seguro obrigatório

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou apresentação de projeto de lei para ampliar as coberturas do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e permitir ao consumidor a escolha da seguradora.

Segundo o senador, o projeto prevê indenização mínima de R\$ 50 mil em caso de morte, R\$ 40 mil no caso de invalidez permanente e R\$ 25 mil como reembolso à vítima no caso de despesa de assistência médica e suplementar devidamente comprovada.

Hoje, para acidentes fatais, a indenização é de R\$ 13,5 mil, que é também o valor máximo para invalidez permanente. Para reembolso de despesas médicas, são pagos até R\$ 2,7 mil. Para o senador, o projeto ajudará a diminuir o número



Senador afirma que seu projeto visa reduzir número de ações na Justiça

de ações tramitando na Justiça e poderá proporcionar maior segurança aos cidadãos.

– O seguro obrigatório não é extensivo a terceiros. Quando há essa abrangência, os valores são insignificantes. Se, por exemplo, uma pessoa que está dirigindo um veículo provoca um acidente e, porventura, não tenha um seguro específico, o seguro obrigatório acaba não cobrindo. Muitas famílias, às vezes, se sentem completamente desprotegidas, órfãs, por conta desse tipo de acidente – justificou.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Lei de concessões para energia: mudanças à vista

O Brasil terá de fazer alterações na legislação sobre o setor elétrico qualquer que seja a decisão a ser tomada nos próximos anos, quando vencem contratos de 13 geradoras de energia elétrica, que respondem por 18% do potencial gerador brasileiro. Até 2015 vencem também os contratos de nove transmissoras e de 39 distribuidoras de energia.

Durante audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), realizada na terça-feira passada, o secretário executivo do Ministério das Minas e Energia, Márcio Zimmermann, afirmou que, mesmo que decida manter a regra vigente e receber o ativo fixo das usinas (para, depois, novamente licitar sua operação), o governo federal deverá fazer adequações na lei para adaptá-la ao estipulado no marco legal do setor, que foi aprovado em 2004.

Caso opte por permitir a prorrogação dos contratos em vigor, o governo também terá de mudar a lei.

O secretário executivo afirmou que, na interpretação de alguns, essa mudança tem de ser feita por proposta de emenda à Constituição (PEC).

Márcio Zimmermann informou ter sido o coordenador de grupo de estudo sobre o assunto estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética em 2008.

O grupo, segundo ele, concluiu que ambas as opções têm seus prós e contras, cabendo à sociedade decidir qual o modelo mais adequado à realidade brasileira. afirmou ser “uma falácia” dizer que a prorrogação dos contratos aumentará as tarifas.

A presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), que coordenou a reunião, afirmou que essa será “uma das mais importantes decisões políticas e administrativas desde o início do século, sob o ponto de vista de suas repercussões econômicas e sociais”.

– Definir um marco legal para as concessões do setor é uma medida

que se impõe com urgência, sobretudo pela necessidade de se discutir com antecipação os aspectos constitucionais da decisão – afirmou a parlamentar, lembrando ser essa a terceira audiência pública sobre o assunto.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que a decisão “mais sensata e coerente” é prorrogar as concessões atuais.

Ele disse que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve empreender estudo sobre quais são os ativos fixos já amortizados e quais são aqueles que ainda não se pagaram, para efeito de cálculo da tarifa de energia.

Blairo Maggi (PR-MT), vice-presidente da CI, que é empresário do setor elétrico, disse ser necessário estabelecer preço real para a energia, sob pena de o setor deixar de atrair empreendedores para novos investimentos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) perguntou quando Manaus será interligada ao sistema nacional e se a linha de transmissão de Tucuruí beneficiará as localidades por onde passar.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia disse que a previsão de interligação de Manaus – cuja carga energética equivale a dois terços de todo o Paraguai – está prevista para meados de 2013.

Ele disse que a linha de transmissão, ao contrário do que foi feito em outras usinas na Amazônia, deve beneficiar as localidades por onde passar.

Reditario Cassol (PP-RO) protestou contra o abandono de uma usina hidrelétrica de pequeno porte em Vilhena (RO) – atualmente administrada, segundo o senador, pela Eletrobras – e pelo fato de contratos para fornecimento de energia feitos na mesma época terem preços muito diferentes.

Márcio Zimmermann disse que irá pesquisar a situação denunciada pelo parlamentar.